

**“ATRAVÉS DELAS, POR ELAS, PARA ALÉM DELAS”:  
ESTILO E VERDADE A PARTIR DAS PROPOSIÇÕES  
CONTRASENSUAIS DO *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN**

**“A TRAVÉS DE ELLAS, POR ELLAS, MÁS ALLÁ DE ELLAS”:  
ESTILO Y VERDAD A PARTIR DE LAS PROPOSICIONES  
CONTRASENSUALES DEL *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN**

**ON NONSENSICAL PROPOSITIONS:  
“THROUGH THEM, ON THEM, OVER THEM”  
STYLE AND TRUTH IN WITTGENSTEIN’S *TRACTATUS***

**Gilson Iannini**

Universidade Federal de Ouro Preto  
E-mail: gilsoniannini@yahoo.com.br

**Resumo:** O principal objetivo deste artigo é discutir o estilo composicional das assim chamadas proposições contrasensuais tal como utilizadas por Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus*. É possível dizer o que não podemos dizer? Parece que num certo sentido Wittgenstein aceita essa possibilidade por um instante, antes de “jogar a escada fora”. Como proposições contrasensuais poderiam conduzir a algum tipo de verdade filosófica? Em seguida, sugiro ainda que há pelo menos duas figuras da verdade neste texto, uma delas relacionada ao estilo em que Wittgenstein escreve seu livro. Proposições contrasensuais requerem um modelo não projetivo das relações entre sentido e verdade. Finalmente, sugiro um modelo alternativo, que chamo aqui de modelo estético, para a compreensão da proposição 6.54 do *Tractatus*, que, ao fim e ao cabo, pode nos conduzir a conclusões que vão *além* e até mesmo *contra* Wittgenstein.

**Palavras-chave:** Wittgenstein; Tractatus; verdade, estilo; estética; Adorno.

**Resumen:** El principal objetivo de este artículo es discutir el estilo composicional de las así llamadas proposiciones contrasensuales tal como utilizadas por Wittgenstein en el *Tractatus Logico-Philosophicus*. ¿Es posible decir lo que no podemos decir? Parece que en un cierto sentido Wittgenstein acepta esa posibilidad por un instante, antes de “tirar la escalera”. ¿Cómo proposiciones contrasensuales podrían conducir a algún tipo de verdad filosófica? En seguida, sugiero que hay por lo menos dos figuras de la verdad en ese texto, una de ellas relacionada al estilo en que Wittgenstein escribe su libro. Proposiciones contrasensuales requieren un modelo no proyectivo de las relaciones entre sentido y verdad. Finalmente, sugiero un modelo alternativo, que llamo aquí de modelo estético, para la comprensión de la proposición 6.54 del *Tractatus*, que, al fin y al cabo, puede conducirnos a conclusiones que van *más allá* e incluso *contra* Wittgenstein.

**Palabras clave:** Wittgenstein; Tractatus; verdad; estilo; estética; Adorno.

**Abstract:** The main goal of this paper is to discuss the style of the so-called “nonsensical propositions” as they are showed in Wittgenstein’s *Tractatus Logico-Philosophicus*. Is it possible to say what we cannot say? It seems that in a certain way Wittgenstein assume this possibility just for a while, before throw the ladder away. How nonsensical proposition could leads us to some kind of philosophical truth? I suggest an alternative model to understand the *Tractatus’s* conclusion (6.54). I also suggest that there are at least two importants figures of “truth”, one of them is related to the style in which Wittgenstein writes his text. Nonsensical propositions require a non-projective model of the relations between meaning and truth. I finally suggest an alternative model, an aesthetical model for to say, in order to understand proposition 6.54. This conclusion can maybe lead us beyond of against Wittgenstein’s purpose.

**Key-words:** Wittgenstein; Tractatus; truth; style; aesthetics; Adorno.

**Resumo:** o principal objetivo deste artigo é discutir o estilo composicional das assim chamadas proposições contrasensuais tal como utilizadas por Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus*. É possível dizer o que não podemos dizer? Parece que num certo sentido Wittgenstein aceita essa possibilidade por um instante, antes de “jogar a escada fora”. Como proposições contrasensuais poderiam conduzir a algum tipo de verdade filosófica? Em seguida, sugiro ainda que há pelo menos duas figuras da verdade neste texto, uma delas relacionada ao estilo em que Wittgenstein escreve seu livro. Proposições contrasensuais requerem um modelo não projetivo das relações entre sentido e verdade. Finalmente, sugiro um modelo alternativo, que chamo aqui de modelo estético, para a compreensão da proposição 6.54 do *Tractatus*, que, ao fim e ao cabo, pode nos conduzir a conclusões que vão *além* e até mesmo *contra* Wittgenstein.

**Palavras-chave:** Wittgenstein; Tractatus; verdade, estilo; estética; Adorno.

contra Wittgenstein, dizer o que não se pode dizer

Theodor W. Adorno

A hipótese de trabalho que gostaria de examinar aqui pode ser formulada do seguinte modo: Wittgenstein constrói no *Tractatus*, através do uso de certos recursos estilísticos não usuais em filosofia, um dispositivo capaz de forçar as fronteiras do dizível, pelo menos no que concerne aos parâmetros ali mesmo erigidos para definir aquelas fronteiras. Na exata medida em que se deixam reconhecer como contra-sensuais, proposições que “através delas, por meio delas e para além delas” são capazes de elucidar um campo que seria de outra forma turvo; proposições que são capazes de “comunicar” uma modalidade não-empírica, não-bipolar de verdade, o são exatamente por conta de sua capacidade de estarem “desprovidas”, mas também “desobrigadas” do sentido projetivo. Ao final do trabalho, proponho um modelo estético para compreensão da famosa metáfora de “jogar a escada fora”, além propor que haveria, no *Tractatus*, elementos para uma teoria não-projetiva das relações entre sentido e verdade.

O ensaio a seguir não pretende apresentar uma exegese do *Tractatus*, muito menos posicionar-se no sofisticadíssimo, e por vezes inócuo, debate dos especialistas. Embora a recepção do *Tractatus* seja alvo de intensa disputa, como mostra por exemplo o debate entre leituras realistas (Malcolm, 1986; Max Black, 1964 ou Anscombe, 1971), anti-metafísicas (Rhess, 1969 ou McGuinness, 1981) ou ainda da leitura dita “resoluta” (Diamond, 1988 ou Conant, 2002), trata-se aqui de uma discussão de outra espécie. Nem aquém, nem além de tais disputas, mas ao lado delas, ou transversalmente a elas, gostaria de apresentar uma leitura “estética”, que não visa estabelecer o sentido último de determinadas passagens decisivas do *Tractatus*, mas trabalhar *com*

Wittgenstein, mesmo que isso possa significar para muitos leitores, trabalhar *contra* ele.

O pano de fundo do trabalho pode ser resumido como o exame da “íntima relação entre as formas de exposição, de apresentação, de enunciação – *Darstellungsformen* – e a constituição de conhecimento(s) ou de verdade(s) em filosofia.” (Gagnebin, 2006, p. 203). Uma advertência preliminar deve ainda ser feita quanto ao âmbito desta pesquisa. Este trabalho insere-se num programa de pesquisa mais vasto que busca desdobrar o mesmo gênero de perguntas em autores pertencentes a diferentes tradições de pesquisa na filosofia contemporânea. Isto é, meu interesse consiste em mapear como diferentes correntes filosóficas trabalham o problema da verdade e como modalizam o discurso conceitual em função de seus pressupostos e resultados. Em outras palavras, como diferentes tradições assumem a linguagem em sua atividade conceitual em termos de suas pretensões, limites e estratégias, e que relações tais posicionamentos têm com a modalidade de verdade assumida e/ou produzida. Em trabalhos anteriores, busquei discutir como estilo, linguagem e verdade se articulam em autores tão diversos como Lacan e Adorno. O presente trabalho procura ensaiar tais questões no âmbito da filosofia tractatiana, ou em seu entorno.

Todos conhecem de cor a última sentença do *Tractatus*: “sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”. A oposição entre *dizer* e *mostrar*, desenvolvida por Wittgenstein nos anos de maturação de sua primeira obra filosófica, está na base do edifício que conduz a esta figura do silêncio. No *Tractatus*, vislumbram-se diferentes figuras do inexprimível e, portanto, do imperativo do silêncio. Inicialmente, duas figuras maiores agrupam as diferentes acepções do que não pode ser *dito*, ou pelo menos, do que não pode ser dito em conformidade com a natureza figurativa da proposição significativa, essencialmente bipolar. São elas: (i) o silêncio místico, que reúne as figuras do inefável relativas à totalidade limitada do

mundo (6.45)<sup>1</sup> e (ii) as proposições da ética e da estética, cujo sentido estaria fora dos limites do mundo. Pois, “no mundo tudo é como é” (6.41), correlato ontológico simetricamente perfeito de “todas as proposições têm igual valor” (6.4). Mas não é destas figuras do inexprimível que pretendo me ocupar neste trabalho. Uma terceira figura do silêncio, igualmente importante na filosofia tractatiana, é aquela derivada da impossibilidade de representar a forma lógica comum entre a proposição e o fato que ela afigura (4.12). Em outros termos, trata-se da inefabilidade de propriedades formais. É o uso predicativo de conceitos formais que conduz “necessariamente à produção de proposições formalmente auto-referentes, e, portanto, absurdas” (Marques, 1997b, p. 223).<sup>2</sup>

O presente trabalho não pretende uma interpretação geral do método de leitura do *Tractatus*. O tema desdobra-se da seguinte forma: como proposições contra-sensuais (ou absurdas) podem engendrar algum gênero de verdade, que seja filosoficamente relevante? Ou ainda: como proposições contra-sensuais podem ter efeito terapêutico?

A proposição representa estados de coisas, ou, mais precisamente, a proposição dotada de sentido projeta um modelo de situação possível de concatenação de objetos. Mas a proposição “não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica. Para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo” (4.12). O quadro de Velásquez analisado por Foucault em “As palavras e as coisas” pode nos fornecer um modelo de compreensão acerca do que Wittgenstein quer dizer aqui. A representação não pode representar a si mesma, sob pena do infinito *mis-en-abîme*. Não há um ponto de vista exterior que permita ao pintor pintar a si mesmo, sem, no mesmo gesto, retirar-se ainda uma vez da representação.

---

<sup>1</sup> WITTGENSTEIN. *Tractatus logico-philosophicus*. SP: Edusp, 1994. O *Tractatus* sempre será referido na tradução de Luis Henrique Lopes dos Santos, sem o uso de quaisquer siglas, apenas indicando o número da proposição em questão entre parêntesis, no corpo do texto. Quando se tratar do “Prefácio” de Wittgenstein ou da “Introdução” de Russell, incluiremos a sigla TLP e a indicação necessária.

<sup>2</sup> Para discussão técnica acerca de propriedades formais, conceitos formais, notas características, ver o excelente artigo de Edgar Marques.

Do mesmo modo, “a proposição não pode representar a forma lógica, esta se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem, esta não pode representar. O que *se* exprime na linguagem, *nós* não podemos exprimir *por meio dela*. A proposição *mostra* a forma lógica da realidade. Ela a exhibe” (4.121).<sup>3</sup> Maneira contundente de criticar a metalinguagem ou, mais precisamente, a possibilidade de um discurso categorial. A proposição não pode falar de si mesma. Um dos resultados filosóficos desta crítica é que “a necessidade de um *tertius* para a aplicação do entendimento ao sensível é cancelada” (Prado Jr, 2004, p. 167).

Outra maneira de criticar a metalinguagem é a famosa refutação da Teoria dos tipos de Russell: “nenhuma proposição pode enunciar algo sobre si mesma” (3.332). É claro que a crítica à metalinguagem precisa ser matizada. Uma sentença como “esta proposição se compõe de sete palavras” não é absurda, embora seja autoreferencial (Marques, 1997 a, p.243). Mas a demonstração da absurdidade da teoria russelliana dos tipos não é sem ambigüidades, na medida em que pressupõe a radicalização de uma de suas intuições fundamentais (Marques, 1997b, p. 206). Assim, o que engendra paradoxos não é qualquer tipo de auto-referência, mas a tentativa de expressar conceitos formais através de funções proposicionais (Marques, 1997 a: p. 235; 1997b, p. 206ss). *Grosso modo*, funções proposicionais nas quais a determinação da gama de argumentos possíveis dependa de algum modo do recurso a essa mesma função engendram, necessariamente, paradoxos. Isto é, quando não é possível determinar critérios ou regras de correspondência/satisfação de certos objetos ou argumentos a certas funções independentemente de um recurso a estas últimas, estamos inexoravelmente fadados ao paradoxo. Ora, parece ser este o caso do conjunto de proposições filosóficas. Resta saber o que fazer do paradoxo. Voltarei a isso.

---

<sup>3</sup> “The conceptual situation is clear: given Wittgenstein’s account of propositions, it is impossible to express the essential character of language or the world in a proposition. These essential features can only show themselves or make themselves manifest.” (FOGELIN, Robert. *Wittgenstein*. 2nd ed. London ; New York : Routledge, 1995, p.100)

A impossibilidade da metalinguagem é um dos pontos centrais não apenas do *Tractatus*, mas, como mostra Granger<sup>4</sup>, de toda filosofia wittgensteiniana, pois ela não apenas informa a crítica de formas discursivas que se valham da metalinguagem, mas incide na própria maneira de apresentar a filosofia. Wittgenstein está, desde muito cedo, cômico de que, na elaboração de seu próprio discurso, precisa estar atento para não incorrer nos erros – sobretudo de natureza lingüística – que ele denuncia. Isso explica, pelo menos em parte, algumas escolhas estilísticas, freqüentemente bastante heterodoxas, do autor do *Tractatus* e das *Investigações*.

Com efeito, o estilo composicional do *Tractatus* é, do início ao fim, marcado por essa convicção da impossibilidade da metalinguagem. Isto é, o autor parece avisado das conseqüências estilísticas e discursivas da impossibilidade do discurso categorial. Esta convicção funciona como pano de fundo das escolhas estilísticas do texto, e explica, ainda que apenas parcialmente, o tempero dogmático<sup>5</sup> da exposição e o sabor enigmático de suas proposições. A quase ausência de procedimentos argumentativos correntes, de gênero apodíctico ou demonstrativo, polêmico ou dialógico, assim como um certo alheamento em relação aos mecanismos de validação e prova discursiva, são relativos à prudência em relação aos limites do discurso significativo e a esta desconfiança em relação à artificialidade de procedimentos metalingüísticos de produção de sentido e validação de verdades. O minimalismo expressivo do texto resulta disso. Também o estilo “quase-solipsista” (Prado Jr, 2004, p. 128). Esta desconfiança em relação à metalinguagem atingirá seu ápice quando da qualificação das próprias (meta)proposições de que o livro é tecido como sendo

---

<sup>4</sup> GRANGER, G-G. *Wittgenstein et la métalangue*. Revue Internationale de Philosophie (Louvain). Vale destacar neste artigo, o debate que se segue entre Max Black e G-G. Granger.

<sup>5</sup> Sigo aqui a observação de Bento Prado Jr: “é claro que, ao falar de dogmatismo, a propósito do *Tractatus*, penso na definição de dogmatismo como sinônimo de ontologia fundada numa concepção universalista da lógica e da linguagem, e não aquela, p.ex., implícita na leitura apressada de Cavallès, que fala (...) do realismo ingênuo” (Prado Jr, 2004, p.125, n.82).



contra-sensuais (“unsinnig”)<sup>6</sup>. Não obstante a internalização de protocolos exigentes quanto à sintaxe, estas proposições não deixam de exercer certo fascínio, inclusive por conta do caráter expressivo e minimal de muitas passagens, que parecem se impor à memória do leitor, como um motivo musical. Como nota Soulez, “marcado internamente por uma negatividade refratária à dialetização, o *Tractatus* deve à idéia de seu caráter fechado, o aspecto tenso, depurado, mas também a extraordinária visibilidade da expressão” (Soulez, 2003, p. 246). Visibilidade sem projeção, diríamos, apontando para o comentário de Bento Prado Jr, que detectou em Wittgenstein “um filósofo que sempre insistiu sobre a *dificuldade essencial da expressão*” (Prado Jr, 2004, p.40).

Isso não impede que o mesmo texto que afirma desde suas primeiras linhas que o que pode ser dito “pode ser dito claramente”, tenha escolhido freqüentemente um estilo que não deixa de ser de compreensão difícil ou mesmo oblíqua, e cuja clareza só pode ser percebida em função de uma certa refração. Mais do que isso, um discurso que, mesmo em passagens cruciais, abdica de recorrer a estratégias retóricas consagradas de determinação e fechamento do sentido do discurso. Pois trata-se “de uma pesquisa que se autocorrigue sem descontinuar, sem jamais atingir o repouso de sua expressão plena e finalmente transparente” (Prado Jr, 2004, p.40). De maneira certamente não deliberada, mas nem por isso de forma inadvertida, este estilo termina por deixar espaço para a equivocidade, de que dão prova as sucessivas e conflitantes tentativas de interpretação. O que nos leva diretamente ao problema do estatuto das “proposições” tractatianas.

Tudo gira em torno de como ler a famosa passagem que pode ser vista como o clímax do texto, a proposição 6.54, em que as proposições encenam sua própria desapareição.

minhas proposições elucidam dessa maneira: quem *me* entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado *através delas* – *por*

---

<sup>6</sup> A tradução de “Unsinn” é objeto de desacordo. Adotaremos, de maneira não-exclusiva, a solução de Luis Henrique Lopes dos Santos, que prefere “contra-senso” a “absurdo”. As traduções inglesa e francesa melhor recomendadas adotam, respectivamente: “nonsensical”; “dépourvues de sens”. De toda forma, tudo que é preciso reter é a necessidade de discriminar “Unsinn” e “Sinloss”.

*elas – para além delas.* (Deve, por assim dizer, jogar a escada após ter subido por ela.) (6.54)

As proposições tractatianas são qualificadas pelo próprio autor como contra-sensos (ou absurdos). Mas a ausência de estatuto proposicional em suas próprias sentenças não era vista por Wittgenstein como um defeito. Ao contrário, tudo indica que ele considerasse isso um mérito (Fogelin, 1995, p. 98). Fogelin observa uma interessante propriedade das proposições tractatianas. Diferentemente de proposições descritivas, que falam de algo exterior a elas, e diversamente também de tautologias, que não versam sobre nada, as “proposições” tractatianas engendram um peculiar regime de mostração. Tomemos 3.25 como exemplo: “a proposição tem uma e apenas uma análise completa”. Essa proposição parece versar sobre proposições e afirma que elas tem apenas uma análise. Fogelin chama isto de “conteúdo manifesto” (Fogelin, 1995, p.102). Eis que ocorre o seguinte: “em seguida, percebemos que essa proposição é quase literalmente sem-sentido, mas então supõe-se que o fato mesmo de reconhecer isso nos mostre algo. A peculiaridade desta situação é que o que é mostrado é apenas o que é manifestamente (embora não genuinamente) dito” (Fogelin, 1995, p.102). O “conteúdo manifesto” não remete a um suposto conteúdo latente, como aliás um leitor atento de Freud sabe. Mas o reconhecimento de que, para além da superfície e do que ela mostra, rigorosamente *não há nada*, é um passo fundamental, que permite superar aquele primeiro nível de abordagem. Estamos aqui, paradoxalmente, bastante próximos de toda a temática lacaniana da impossibilidade da metalinguagem e da crítica à concepção da verdade inconsciente como algo dotado de profundidade.

A pergunta que se impõe imediatamente é: em que sentido contra-sensos podem ser elucidativos? Isso nos leva diretamente ao cerne da questão do sentido a ser atribuído à célebre metáfora da escada que deve ser jogada fora uma vez utilizada e ao estatuto das proposições que compõem o *Tractatus*. Esquemáticamente, há três correntes interpretativas acerca deste problema. A interpretação deste passo é fundamental, porque dele depende a compreensão do próprio estatuto da filosofia e da atividade nela envolvida. (1)

Desde a publicação do *Tractatus*, Russell expressou, já na *Introdução* encomendada por Wittgenstein, sua sensação de “desconforto intelectual”, afirmando que, afinal, Wittgenstein conseguira “dizer uma porção de coisas sobre o que não pode ser dito” (TLP, Introdução, p. 127). A “escapatória” (“coophole”) apontada por Russell, no entanto, é a hierarquia de linguagens, algo que Wittgenstein repudiaria, por conta das razões aludidas acima, relativas à sua crítica obstinada da metalinguagem. No mesmo sentido vai a sugestão de Carnap. Ramsey leva ao extremo esta incoerência de tentar dizer o indizível, sugerindo que o que está em jogo assemelha-se a uma brincadeira de criança que se recusa a dizer “café da manhã” dizendo “não sei dizer café da manhã”<sup>7</sup>; (2) outra corrente pode ser representada por Stenius ou por Hacker: há absurdos que nos desorientam e há absurdos esclarecedores. As proposições do *Tractatus* são absurdos deste segundo tipo, e portanto o dispositivo dizer X mostrar pode ser mantido sem maiores problemas; (3) uma terceira linha foi proposta por Cora Diamond e James Conant, que recusam a idéia de um “absurdo esclarecedor”. Em suma, ela diz que a própria distinção entre mostrar e dizer, e portanto, a existência do inefável faz parte do que deve ser jogado fora junto com a escada, não merecendo o destaque que ela tinha nas interpretações precedentes. Apenas proposições que fazem parte da “frame” do livro não são absurdas. Entre elas, a própria 6.54. Nem é preciso indicar como a determinação da “frame” depende de uma concepção extra-tractatiana de sentido (Machado, 2001, p.10).

De minha parte, gostaria apenas de ressaltar que todas essas leituras baseiam-se no pressuposto de que em 6.54 temos uma forma de imperativo ético. “Jogar a escada fora” e resignar-se ao silêncio filosófico transforma-se numa regra erigida em um estatuto mais elevado do que as demais proposições do *Tractatus*. Ora, o que parece escapar de todo modo é que a própria proposição 6.54 deve ser “jogada fora”, mas apenas depois de realizada a experiência

---

<sup>7</sup> MACHADO, Alexandre. “A Terapia Metafísica do *Tractatus* de Wittgenstein”. *Cadernos Wittgenstein*, n.2, 2001, pp. 5-57. A exposição destas linhas interpretativas acompanha de perto o excelente estudo de Machado, embora minhas conclusões se distanciem quase diametralmente.

filosófica ali proposta. A recomendação de que devemos jogar fora a escada não pode ser absolutizada, porque sua própria formulação é problemática: ela continua sendo uma proposição que não consegue pôr a si mesma sem encenar sua própria dissolução, ou no mínimo, sem encenar seu caráter de uma proposição que não pode ter o estatuto de uma proposição verdadeira *tout court*. Ela permanece sendo uma proposição, digamos, inautêntica. Formulando o paradoxo de maneira mais direta: a proposição que diz que devemos jogar fora as proposições do *Tractatus* também deve ser jogada fora. Mas não sem antes termos escalado *por e através* de toda a seqüência de “absurdidades” engendradas pelas proposições de 1 a 6.

De toda forma, olhando mais de perto, não me parece óbvia a conclusão de que a escada do *Tractatus* deva ser jogada fora uma vez utilizada, pelo menos não de qualquer maneira. Entre a primeira parte, que afirma o caráter contra-sensual das proposições do *Tractatus* (“minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas”) e a segunda parte, que contém a metáfora da escada e o imperativo ético que ela envolve (“Deve, por assim dizer, jogar a escada após ter subido por ela”), parece haver um salto. O próprio Wittgenstein parece acentuar a última etapa “para além delas”, menosprezando o “através delas” e “por meio delas”. Só é capaz de reconhecer o estatuto antigramatical – ou a ausência de caráter proposicional – aquele que foi capaz de conviver com a absurdidade constitutiva de proposições filosóficas. Porque foi “através” e “por meio” do contra-senso que este pôde ser reconhecido como tal, e, por este gesto mesmo, pôde ser ultrapassado.

Isto é, não me parece óbvio que um dispositivo filosófico capaz de engendrar uma nova e radical concepção acerca do que vem a ser a atividade filosófica, concepção esta que marcou irrevogavelmente a filosofia do século XX, deva ser descartado assim tão facilmente. Apesar de sua incapacidade de “dizer” o que deveria ser dito, o dispositivo tractatiano “mostra” algo de positivo acerca da atividade filosófica. Este artigo pretende sugerir que o que o *Tractatus* nos ensina não tem valor apenas negativo, no sentido de uma terapêutica filosófica capaz de nos ensinar a dissolver

problemas filosóficos, mas tem uma vertente positiva, capaz de fornecer um modelo (um método, um estilo) de tratamento de questões filosóficas, justamente por mostrar uma maneira de superar o contra-senso a partir de dentro, sem que seja necessário evitá-lo. E isso porque Wittgenstein sabe que, uma vez imersos no domínio da linguagem, não é possível evitar o contra-senso, não é possível fazer *tabula rasa* do *nonsense*. E que, para fazer filosofia, não é possível nem mesmo contornar externamente os contra-sensos. É preciso reconhecê-los, mas para contorná-los desde seu interior: “através” e “por meio” deles, mais ou menos do modo como opera a perlaboração (*durcharbeitung*) freudiana.

Talvez o fascínio que o texto exerceu e ainda exerce sobre a nossa cultura possa ser melhor vislumbrado a partir desta perspectiva. A pergunta que se coloca é, pois, como manter a escada, sem cair num elogio do absurdo? Melhor: o que podemos aprender de positivo em termos de método ou até mesmo em termos de estilo de tratamento de questões filosóficas a partir da experiência filosófica de que o *Tractatus* é expressão? É possível construir outras “escadas” como aquela, ou usá-la para atingir outros cimos, para “ver corretamente” outras coisas? Mais do que isso: é possível fazer tudo isso sem cair na mais grosseira apologia escolar de uma *philosophia perennis*?

No *Prefácio*, Wittgenstein sublinha a palavra “*verdade*” numa frase desconcertante, ainda que de iniludível caráter retórico: “a verdade dos pensamentos aqui comunicados parece-me intocável e definitiva” (TLP, *Prefácio*, p. 133). O que não deve escapar de nossa atenção é que esta “verdade intocável e definitiva”, ainda que retoricamente afirmada, foi “comunicada” através de contra-sensos, ou através de proposições desprovidas de sentido!<sup>8</sup> De todo modo, de forma independente da determinação estrita de sentido.

Com efeito, há dois usos distintos de “verdade” no *Tractatus*. No centro do texto, temos a concepção projetiva da verdade,

---

<sup>8</sup> “The conceptual situation is clear: the theory of proposition meaning in the *Tractatus* is self-destructive. What remains unclear is the source of wittgenstein’s equanimity – even pride – given this result.” (Fogelin, op.cit. p. 97)

correlativa à teoria pictórica da linguagem. As famosas tabelas de verdade são construídas – e são válidas – (apenas) neste âmbito. O sentido, aqui, é pré-condição de verdade, e esta é função de uma resposta positiva da realidade à projeção de uma ligação de objetos no espaço lógico, homogêneo aos limites do mundo. Grosseiramente: a figuração se enlaça com a realidade (2.1511); o que a figuração tem em comum com o afigurado é sua forma lógica (2.2); finalmente, por meio da proposição, a realidade diz apenas 'sim' ou 'não' (4.023); isto é, se uma proposição é verdadeira, deve subsistir um estado de coisas existente como fato positivo: ele dirá 'sim' à proposição (2.06; 2.12; 2.21; 2.225); por isso, “a proposição pode ser verdadeira ou falsa só por ser uma figuração da realidade” (4.06).

Todavia, Wittgenstein não se abstém de empregar “verdade” a fim de qualificar os pensamentos comunicados pelas proposições do *Tractatus*, que, no entanto, não atendem aos pré-requisitos de sentido da teoria pictórica e nem tampouco satisfazem às exigências da gramática lógica ali desenhada. Elas estão, por conseguinte, fora do espaço lógico e dos limites do mundo. Evidentemente, “verdade”, no “Prefácio” não tem o sentido técnico relativo a uma resposta positiva da realidade à projeção de uma concatenação de objetos. Não obstante isso, a “verdade” que o texto “comunica” é “intocável e definitiva”. Dada a conhecida parcimônia wittgensteiniana no emprego de adjetivos, principalmente relacionados ao valor de sua própria obra, merece atenção esse fato. Certamente, a avaliação que Wittgenstein faz da importância do que ele comunica não é isenta de *hybris*.<sup>9</sup> Nem por isso, ela é inteiramente falsa ou descabida. A importância que o texto ocupa na história da filosofia do século XX no-lo mostra sobejamente. “Intocável e definitiva” talvez sejam epítetos demasiado fortes, olhando de hoje. Mas é certo que a publicação teve um efeito de verdade no cenário da filosofia contemporânea. Mais do que isso, o gênero de verdade implicado pelas “proposições” tractatianas parece pertencer, pois, ao que poderíamos chamar, sem maiores rodeios, gênero filosófico. Nisso, Wittgenstein não está errado em

---

<sup>9</sup> Robert Fogelin vê nisso “um extraordinário exemplo de *hybris*” e “orgulho” nesta sentença. FOGELIN. Wittgenstein, op.cit., p. 97-98.

empregar o termo “verdade” acerca dos pensamentos ali veiculados. Em outras palavras, há um uso filosófico do termo “verdade” no *Tractatus*, num sentido que não é nem pictórico, nem projetivo. Este uso não é meramente endossador, e está intimamente relacionado ao papel que desempenham proposições contra-sensuais, quando reconhecidas como tais.

Verdade (*Wahrheit*) e contra-senso (*Unsinn*) se articulam de maneira insuspeitada na textura composicional, na *Dichtung*, do *Tractatus*. Ora, é intrigante o fato de que devamos “jogar fora” uma escada capaz de nos levar a uma verdade “intocável e definitiva”, se é, precisamente “através delas – por elas – para além delas [das proposições “unsinnig”]” que atingimos tal modalidade de verdade. Ainda mais se levarmos em consideração que pode ser exatamente esta modalidade de verdade derivada de um “bom uso”<sup>10</sup> do contra-senso que interesse à filosofia, na exata medida em que a verdade factual, tal como apresentada no interior da teoria pictórica da linguagem, isto é, a verdade como resposta positiva da realidade à projeção do sentido no espaço lógico, só interessaria à ciência natural.

Com efeito, numa proposição significativa, há a máxima convergência entre o mostrar e o dizer. A proposição mostra seu sentido, isto é, “*mostra* como estão as coisas se for verdadeira. E *diz* que estão assim.” (4.022). Ora, as proposições tractatianas, ao infringir as regras de sintaxe lógica, não atendem a esse pré-requisito de sentido: elas não mostram como estão as coisas, pois carecem de caráter projetivo, não mostram de que modo objetos extra-linguísticos devem estar concatenados para que sejam tornadas falsas ou verdadeiras. Mais ainda, nenhuma situação factual pode dizer “sim” ou “não” a contra-sensos, exatamente porque estes não estão no mundo, mas em seus limites. Mas não é essa a principal razão da crítica wittgensteiniana ao discurso filosófico. Como bem mostra Edgar Marques, “pois as proposições filosóficas (...) não são excluídas da linguagem simplesmente por

---

<sup>10</sup> Inspiro-me na perspectiva de Antônio Teixeira acerca de um uso do significante desvinculado de exigências sociais de significação. Cf. TEIXEIRA. Do bom uso da besteira na experiência psicanalítica. *Agora* (Rio J.) vol.5 no.2 Rio de Janeiro July./Dec. 2002

não projetarem modelos de situações possíveis (...), mas sim em função do seu caráter radicalmente antigramatical, decorrente da utilização nelas de conceitos formais.” (MARQUES, 1997 b, 205). Como entender que contra-sensos, proposições essencialmente antigramaticais, possam nos conduzir a algum tipo de verdade? Isso nos conduz de volta à metáfora da escada.

Uma maneira de entender 6.54 sem apelar para “covardia” (Cora Diamond), ou “brincadeira de criança” (Ramsey), ou até mesmo para a “dislexia” (Hintikka), seria pensá-la, precisamente, como metáfora, ou até mesmo como análoga a uma encenação teatral que se declara, a partir de dentro, uma encenação. Tomemos, por exemplo, a “Ilusão cômica” de Corneille. Na cena final (Ato V, cena 5), Pridamante, o pai, prestes a por fim em sua própria vida após assistir à morte de seu filho, é avisado por Alcandre de que tudo não passava de uma encenação. Metáfora dentro da metáfora, cena dentro da cena, teatro dentro do teatro. Minha proposta é que, ao pensarmos a metáfora da escada como metáfora, ou como encenação de uma encenação, teatro dentro do teatro, ganhamos em compreensão de como algo pode ser mostrado para “além” do que pode ser dito. Num sentido bastante próximo à concepção hegeliana da aparência como “aparecer do aparecer”. Escreve Hegel: “fica patente que por trás da assim chamada cortina, que deve cobrir o interior, nada há para ver; a não ser que nós entremos lá dentro – tanto para ver como para que haja algo ali para ser visto” (Hegel, 1992, p.118).

Assim, entendemos melhor a atratividade que o texto de Wittgenstein exerce ainda hoje, apesar de não ter logrado obter o efeito de resolução definitiva de problemas filosóficos. Mostrando o que não pode ser dito, mostramos como o “*sem-sentido*” ou o “*fora-do-sentido*” pode ter efeitos de verdade, ou, pelo menos, efeitos esclarecedores. No limite, efeitos terapêuticos. Entretanto, seria preciso aprofundar a noção de “terapia”, a fim de ultrapassar um visão demasiadamente negativa, calcada na dissolução de



problemas, em direção a uma vertente mais propriamente construtiva<sup>11</sup>.

Assim a mostraçõa do que se diz no que se diz, no *semblant* inevitável de todo discurso. E não há aqui nenhuma desqualificação da encenação ou do *semblant*. Deste modo, Wittgenstein não procede como uma criança que se recusa a dizer “xyz” dizendo “xyz”<sup>12</sup>. Ao contrário, e mais ou menos como na perspectiva da ética lacaniana do bem-dizer, age como um poeta que “finge que é dor a dor que sente”<sup>13</sup>.

Aqui chego à formulação de minha hipótese atual de trabalho: Wittgenstein constrói no *Tractatus*, através do uso de certos recursos estilísticos não usuais em filosofia, um dispositivo capaz de forçar as fronteiras do dizível. A modalidade de verdade que ele engendra acaba por forçar esses limites na exata medida em que se desobriga da tarefa “científica” de se medir pelo falso e o verdadeiro, e, portanto, se “desembaraça do peso do factual”<sup>14</sup>. Exatamente por situarem-se “nos limites do mundo”, proposições contra-sensuais do gênero daquelas construídas no *Tractatus* encontram-se nessa posição limítrofe entre o completo absurdo, mera justaposição de signos numa pseudo-sentença, e o sentido tênue, no limite do sentido e do absurdo, capaz de estender estes

---

<sup>11</sup> Mais ou menos do mesmo modo como fez Freud no arco que leva da rememoração à construção, ou Lacan, na curva que conduz do reconhecimento do desejo inconsciente à constituição do “sinthome”.

<sup>12</sup> Ramsey desconhece, além de tudo, que quando uma criança faz uso de determinada expressão dizendo que não sabe usar esta mesma expressão, muitas vezes ela não está brincando. Frequentemente, nestes casos, a criança ainda não sabe que sabe usar tal expressão. Uma criança de quase três anos diz, por exemplo, “não sei dizer helicóptero”. Mas é uma questão de (pouco) tempo. Em alguns dias ou semanas, ela será capaz de empregar corretamente a referida expressão, desta vez desacompanhada da sensação de estranheza que a primeira experiência evoca. Ou seja, mesmo nesta suposta “brincadeira de criança” há uma elaboração - *através e por meio* - do *nonsense* de tudo que é necessário para suplantá-lo.

<sup>13</sup> Segundo a conhecida imagem de Pessoa. Badiou, em seu *Pequeno Manual de Inestética*, conclama a filosofia a elevar-se à altura da poesia de Fernando Pessoa.

<sup>14</sup> ADORNO. *Minima Moralia*, § 82, p. 110. Certamente, a expressão de Adorno visa uma crítica do positivismo, que ele estende inclusive a Wittgenstein. Por razões que ficarão menos obscuras a seguir, emprego a expressão diversamente.

mesmos limites. E isso na exata medida em que se deixam reconhecer como contra-sensuais, precisa e paradoxalmente pela mesma razão que lhes tolhe o caráter proposicional autêntico.

Se assim for, talvez fosse possível responder à crítica de Adorno que caracteriza a tarefa da filosofia com a necessidade de “contra Wittgenstein, dizer o que não se pode dizer” (Adorno, 2003, p.19). Com efeito, Adorno se insurge contra isto que parece a ele um silenciamento conivente, e elege exatamente o caminho proscrito por Wittgenstein: exprimir *por meio* da linguagem o que se exprime *nela*. Dizer o que não se pode dizer é, claramente, um paradoxo. Como trabalhar este paradoxo, sem cair na utilização aleatória de conceitos ou na mera justaposição de palavras? Escreve Adorno: “a simples contradição inerente a esta exigência é aquela da própria filosofia (...). O trabalho de auto-reflexão filosófica consiste em explicitar este paradoxo” (Adorno, 2003 a, p.19). Assim, a especificidade da filosofia residiria em trabalhar/resolver o paradoxo de dizer o que não pode ser dito. É justamente esta impossibilidade de dizer *por meio* da linguagem o que esta *já* diz que, tornada contradição entre conceito e objeto, funciona como motor, como impulso para a dialética negativa adorniana. Ora, se a perspectiva esboçada neste trabalho estiver correta, é possível afirmar que Wittgenstein realiza este ultrapassamento na própria *Dichtung* do *Tractatus*, através de um exercício obstinado embora sutil de auto-reflexão. Tudo se passa como se o estilo composicional do *Tractatus* terminasse por convergir com pelo menos um importante aspecto do que Adorno detecta na forma-ensaio acerca da verdade. Com efeito, a questão da verdade coloca-se para o ensaio, mas não como *metron* exterior ao qual ele deve se submeter. Ao contrário, o ensaio “torna-se verdadeiro pela marcha de seu pensamento, que o leva para além de si mesmo, e não pela obsessão em buscar seus fundamentos como se fossem tesouros enterrados” (Adorno, 2003b, p.30). O ensaio, continua o filósofo frankfurtiano, se vale do caráter “linguageiro” dos conceitos e de seu elemento de inverdade para suplantá-lo. Quase poderíamos dizer: o *Tractatus* se vale do caráter “linguageiro” das “proposições” e de seu elemento de contra-senso para suplantá-lo. É isso que permite pensar uma modalidade de verdade que depende não mais da *projeção*, mas da *refração* do conteúdo na forma. Este caráter “linguageiro” explica

como a “sedimentação”, “cristalização” do conteúdo na forma converge para a idéia de “prisma”, ou de “refração”, como elemento da verdade, não mais como correspondência ao fato, mas como ultrapassamento de seus próprios limites.

Se a tarefa da filosofia é essencialmente crítica e esta crítica se instaura como delimitação do dizível, o paradoxo é que cada exercício de delimitação do dizível termina por lançar luz numa parcela do “indizível” e acaba por ampliar, por assim dizer, o próprio dizível. Evidentemente, o problema do valor atribuído a este ultrapassamento varia de acordo com a perspectiva filosófica adotada. Enquanto uns verão aqui um paradoxo a ser evitado a todo custo e, por conseguinte, a necessidade de construir uma via alternativa, outros verão no movimento aqui descrito a própria possibilidade de uma via conceitual – e não apenas descritiva ou gramatical – para a filosofia. Quem melhor percebeu esse movimento talvez tenha sido Georges Bataille, justamente por ter aprofundado experiências do limite, como o sagrado e o erotismo. Se boa parte da filosofia analítica da linguagem sofreu, pois, um certo embaraço com as palavras, a tarefa de filosofar hoje exige um certo ultrapassamento desse embaraço. Foucault escreveu, num parágrafo luminoso de sua homenagem a Bataille, algo a respeito: “esse ‘embaraço com as palavras’ onde se encontra presa nossa filosofia e de que Bataille percorreu todas as dimensões talvez não seja a perda da linguagem que o fim da dialética parecia indicar: ele é antes o próprio aprofundamento da experiência filosófica na linguagem e a descoberta de que é nele e no movimento em que ele diz o que não pode ser dito que se realiza uma experiência do limite tal como a filosofia, agora, deverá pensá-la”. (Foucault, 2006, p. 46).

Para concluir: proposições que “através delas, por meio delas e para além delas” são capazes de elucidar um campo que seria de outra forma turvo; proposições que são capazes de “comunicar” uma modalidade não-empírica, não-bipolar de verdade, o são exatamente por conta de sua capacidade de estarem “desprovidas”, mas também “desobrigadas” do sentido projetivo. Melhor: no limite imposto pela impossibilidade da metalinguagem, através de sua

enunciação, e por mostrarem que impasses são apenas impasses, é que se vislumbra uma modalidade de verdade que não pode – e nem espera – fundamentar, assegurar sua verdade em alguma verdade exterior à sua própria enunciação, em alguma instância extra-mundo. Assim, proposições que mostram mais do que dizem, paradoxalmente, dizem o que querem dizer<sup>15</sup>. Do mesmo modo como a luz refrata-se quando sua velocidade é alterada em função da mudança do meio de propagação, proposições contra-sensuais carregam obliquamente um elemento de verdade. Mas só podemos “ver corretamente” se levarmos em consideração a refração. Sem considerarmos o estilo, perdemos exatamente este caráter anaclítico da verdade.

Em outras palavras, no *Tractatus*, lidamos com proposições que não projetam concatenações de objeto, mas que nem por isso deixam como estão os limites do mundo. Porque pensar um limite já é, necessariamente, ultrapassar este limite<sup>16</sup>. Wittgenstein estava consciente da dificuldade e já aludia a ela desde o *Prefácio*: o limite para a “expressão dos pensamentos” precisa ser traçado internamente à linguagem, porque senão deveríamos pensar o que não pode ser pensado. Isto não é possível, porque “o que não podemos pensar, não podemos pensar; portanto, tampouco podemos *dizer* o que não podemos pensar” (5.61). Porque a lógica não pode ultrapassar os limites do mundo, “como se pudesse observar esses limites também do outro lado” (5.61). Mas essa lógica do limite vale apenas para o *dizer*, não vale, pelo menos não do mesmo modo, para o *mostrar*. Por isso, a insuficiência da lógica tractatiana: a ruína da “bela harmonia”<sup>17</sup> transcendental entre linguagem e mundo já se insinua sorratamente desde então. Mas um primeiro abalo na isomorfia da forma lógica já se espreita. Por isso também, o exercício deste estilo para *além* do dizer, ou mais precisamente, *aquém* do dizer, em cuja espessura o conteúdo-formal

---

<sup>15</sup> Permito-me reapresentar a seguinte observação de Fogelin: “A peculiaridade desta situação é que o que é mostrado é apenas o que é manifestamente (embora não genuinamente) dito” (Fogelin, 1995, p.102).

<sup>16</sup> “Pensar os quais [os limites, g.i.] – segundo a compreensão grandiosa de Hegel – é a mesma coisa que ultrapassá-los” (Adorno, 1992, p.112)

<sup>17</sup> Tomo emprestada, livremente, a expressão de Bento Prado Jr (Prado Jr, 2004, p.127).

do *Tractatus* se auto-dissolve, no gesto mesmo de constituir – através, por meio e para além do contra-senso – uma verdade refratária ao sentido.

### Referências

- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. [trad. Luis Henrique Lopes dos Santos]. São Paulo: Edusp, 1994.
- WITTGENSTEIN, L. *Leçons et conversations sur l'esthétique, la psychologie et la croyance religieuse, suivies de Conférence sur l'éthique* [1966]. Paris: Gallimard, 1971.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Os Pensadores)
- ADORNO, T. *Dialectique négative*. [Trad. Coffin et alli]. Paris, Payot, 2003 (ed. Poche)
- ADORNO, T. Ensaio como forma. *Notas de Literatura I*. SP: Duas Cidades/Editora34, 2003b
- ADORNO, T. *Minima Moralia*. São Paulo: ed. Ática, 1992
- BLACK, M. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*. Cornell: Cornell University Press, 1964.
- DIAMOND, C. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy, and the Mind*. Bradford Books, 1991
- FOGELIN, Robert. *Wittgenstein*. 2nd ed. London; New York: Routledge, 1995
- FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura; música e cinema*. Rio de Janeiro, Forense universitária, 2006.
- GRANGER, G-G. *Wittgenstein et la métalangue*. Revue Internationale de Philosophie (Louvain)
- HEGEL, G. *Fenomenologia do espírito*. Parte I. Petrópolis: ed. Vozes, 1992, 2ª ed.
- HINTIKKA, MB. e HINTIKKA, Jaakko. *Uma Investigação Sobre Wittgenstein*. Campinas: Papirus, 1994
- MACHADO, Alexandre. “A Terapia Metafísica do *Tractatus* de Wittgenstein”. *Cadernos Wittgenstein*, n.2, 2001, pp. 5-57

MARQUES, Edgar. A crítica de Carnap ao argumento de Wittgenstein contra a possibilidade de uma metalinguagem. *Síntese nova fase*, v. 24, n.77, 1997a, 225-250

MARQUES, Edgar. Conseqüências ontológicas do argumento tractariano contra a possibilidade de um discurso categorial”. *Analytica*, v.2, n.1,1997b, p. 205-241

PRADO Jr, Bento. *Erro, Ilusão, Loucura*. São Paulo: editora 34, 2004.